



Revista de História

ISSN: 0034-8309

revistahistoria@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Azevedo Marques de Saes, Guillaume
O pensamento político de Virginio Santa Rosa: um esboço interpretativo
Revista de História, núm. 161, diciembre, 2009, pp. 145-163
Universidade de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285022056005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



O PENSAMENTO POLÍTICO DE VIRGINIO SANTA ROSA: UM ESBOÇO INTERPRETATIVO¹

Guillaume Azevedo Marques de Saes

Doutorando em História Econômica na FFLCH/USP e bolsista Fapesp

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o pensamento político de Virginio Santa Rosa, autor em geral conhecido como o primeiro grande intérprete do tenentismo, mas pouco conhecido enquanto ideólogo. Procuraremos mostrar aqui que Santa Rosa foi o expoente de um nacionalismo de cunho autoritário, antioligárquico e jacobino, e que ele viu na ação política dos tenentes a realização de seus ideais.

Palavras-chave

nacionalismo • autoritarismo • jacobinismo.

Abstract

This article intends to analyze the political ideas of Virginio Santa Rosa, an author who is well-known as the first great expounder of the tenentismo, but not as an ideologist. We'll try to show that Santa Rosa was the exponent of an authoritarian, anti-oligarchic and jacobin nationalism, and that he saw the tenente's political action as the realization of his ideals.

Keywords

nationalism • authoritarianism • jacobinism.

¹ Este artigo é uma versão modificada e desenvolvida de comunicação intitulada “Nacionalismo, autoritarismo e jacobinismo no pensamento de Virginio Santa Rosa”, apresentada no XIX Encontro Regional de História promovido pela Seção São Paulo da Associação Nacional de História (ANPUH) e realizado no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – Campus da Capital, de 8 a 12 de setembro de 2008. Trabalho sob a orientação do prof. dr. Nelson Hideiki Nozoe.





Virginio Santa Rosa (1905-2001) é em geral conhecido, e merecidamente, pelos estudiosos da história política do Brasil como o primeiro grande intérprete do fenômeno do tenentismo. Como afirma Nelson Werneck Sodré:

O “tenentismo”, entre o fim da Primeira Guerra Mundial e o Estado Novo, ocupou o cenário brasileiro, avultando como manifestação política, cuja complexidade escapava, via de regra, à análise dos contemporâneos. Os acontecimentos e as figuras eram apreciados em separado, e exaustivamente analisados, e sucessivamente discutidos, em face do enorme interesse que tudo isso apresentava. O fenômeno, na sua profundidade, permanecia obscuro, entretanto. Virginio Santa Rosa foi o iniciador de sua exata conceituação: colocou-o em seus devidos termos. E fez tudo isso na sequência dos próprios acontecimentos, com as personagens ainda no palco. Essa a característica marcante de sua interpretação, que permanece válida, como das mais importantes contribuições ao conhecimento da história da fase republicana em nosso País.²

No entanto, Santa Rosa é pouco conhecido enquanto ideólogo nacionalista. Nosso objetivo aqui neste artigo será analisar o seu pensamento político, com base nos ensaios *A desordem: ensaio de interpretação do momento* (1932),³ em que o autor analisa o conturbado contexto político posterior à Revolução de 1930, e *O sentido do tenentismo* (1933),⁴ trabalho que o imortalizou, assim como no livro de viagens *Paisagens do Brasil* (1935).⁵ Essas três obras correspondem à sua fase de maior produção intelectual.⁶

Procuraremos mostrar aqui que Santa Rosa foi, naquela agitada primeira metade da década de 1930, o expoente de um nacionalismo autoritário, defensor da implantação de um Estado forte e centralizado que unificasse o país e combatesse o poder corrosivo das oligarquias. Procuraremos mostrar também que este nacionalismo autoritário de caráter pequeno-burguês, que viu na ação política dos tenentes uma tentativa de realização de suas aspirações, representava uma herança do jacobinismo que caracterizara a ideologia de grupos nacionalistas, sobretudo militares, da primeira década republicana.

² Prefácio para SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*. 3ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976, p. XVII.

³ SANTA ROSA, Virginio. *A desordem: ensaio de interpretação do momento*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1932.

⁴ SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*. 3ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

⁵ SANTA ROSA, Virginio. *Paisagens do Brasil*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.

⁶ Além dessas três obras, Virginio Santa Rosa publicou o romance *A estrada e o rio* (1964) e um ensaio sobre Dostoiévski (1980).





Dividiremos este trabalho em três partes: a primeira exporá a visão do autor a respeito dos problemas brasileiros; a segunda procurará relacionar o seu pensamento político com a ação do movimento tenentista; e a terceira parte procurará relacionar o pensamento de Santa Rosa com o jacobinismo.

I. Uma visão dos problemas brasileiros

Nascido em Belém (PA), Virginio Santa Rosa cursou a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, formando-se engenheiro ferroviário. Foi a carreira que seguiu, trabalhando como engenheiro ferroviário e diretor de ferrovias, além de integrar o Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura (Setor de Carvão de Pedra e Petróleo) e de exercer o cargo de diretor administrativo da Companhia Nacional de Seguro Agrícola. O fato de pertencer a uma burocracia voltada para o desenvolvimento nacional, assim como as viagens que fez a serviço por todo o território brasileiro explicam em parte o seu nacionalismo. Como afirma Afonso Frederico Schmidt em seu prefácio para *Paisagens do Brasil*:⁷

Na sua profissão nômade de engenheiro, o sr. Virginio Santa Rosa teve ocasião de viajar o nosso *hinterland*, de percorrer demoradamente a maioria dos nossos estados, sentindo com o seu claro espírito, com a sua alerta inteligência os múltiplos ritmos da vida de província, dessa província esquecida e caluniada que tem de viver por si própria, que tem de ser construída com os seus próprios recursos e que, no entanto, dá no espetáculo das suas cores múltiplas, na diferença dos seus modos de existir e de sentir, o colorido, a fisionomia, o caráter brasileiro.

Um outro fator capaz de explicar o nacionalismo de Santa Rosa é a influência do pensamento político nacionalista que surge durante a Primeira República, sendo Alberto Torres e Oliveira Viana os autores mais citados nas obras que analisaremos aqui.

No que diz respeito à sua militância política, Santa Rosa foi filiado, na década de 1930, à Liga de Defesa da Cultura Popular, movimento político ligado à Aliança Nacional Libertadora (ANL) e que buscava uma aproximação do trabalhador manual com o trabalhador intelectual, ao mesmo tempo em que foi simpatizante do integralismo e admirador de Plínio Salgado; aliás, em 1936, Santa Rosa publicava um ensaio intitulado *A personalidade de Plínio Salgado*, em que faz uma apologia do chefe integralista como grande escritor modernista e

⁷ SCHMIDT, Afonso Frederico. Prefácio. SANTA ROSA, Virginio. *Paisagens do Brasil*, p. II. A ortografia das edições antigas foi adaptada para a dos dias atuais.





como líder político que conseguiu organizar um grande movimento nacionalista e espiritualista capaz de combater os regionalismos, o materialismo, o hedonismo burguês e o comunismo.⁸ Esta curiosa indefinição entre a esquerda e a direita talvez tenha levado Santa Rosa a se identificar mais com o centrismo autoritário de Getúlio Vargas, tendo inclusive o nosso autor trabalhado diretamente para este na reestruturação de ferrovias a partir de 1936. Nesse ano, Getúlio, com quem Santa Rosa já se encontrara três anos antes e a quem impressionara muito naquela ocasião, incumbiu-o da tarefa de reestruturar as ferrovias Estrada de Ferro de Bragança e Estrada de Ferro de Tocantins, ambas no Estado do Pará. A recuperação da Estrada de Ferro Bragança (1936-1944) viria a ser de grande importância, já que esta ferrovia teria marcante participação durante a Segunda Guerra Mundial por servir de apoio à base americana de dirigíveis em Santa Isabel, responsável pela defesa do Norte e Nordeste brasileiros durante a invasão do continente africano. Posteriormente, Santa Rosa, já filiado ao Partido Social Progressista (PSP), seria deputado federal pelo Pará entre 1951 e 1959.⁹

A visão de Virginio Santa Rosa sobre os problemas brasileiros se apoia essencialmente em três tópicos:

- 1) A descrença na viabilidade da liberal-democracia no Brasil. Consonante com o pensamento autoritário da época, Santa Rosa condena a elite brasileira

⁸ SANTA ROSA, Virginio. A personalidade de Plínio Salgado. In: *Plínio Salgado*. São Paulo: Revista Panorama, 1936, p. 67-93. Nas páginas 92 e 93 Santa Rosa afirma o seguinte: “Assim, Plínio Salgado vem exigindo dos brasileiros duas grandes negações: o não diante do hedonismo burguês que domina em nossa sociedade e ameaça corromper todas as fontes de nossa vida e o não diante dos diversos regionalismos que quebram por todos os quadrantes o magnífico sentimento da nossa unidade. Em contraposição, porém, ele exigiu também uma grande afirmação: a crença no Espírito, no primado dos valores que dele se originam e combatem o primitivismo dos instintos de toda e qualquer natureza. [...] Tanto como é dado perceber pelas manifestações exteriores e o exame acurado das ações da maioria dos integralistas estamos diante de novos homens e o Brasil poderá esperar alguma coisa do esforço dessa geração nova. Agrupados em centenas de núcleos pelo território nacional, fortalecidos com a mística de uma doutrina, esses homens constituem focos vivos de catequese e resistência à decomposição comunista e à desagregação regionalista. São nós indestrutíveis de rija brasilidade e de um antibolchevismo consciente e batalhador. E aqueles que almejam para o Brasil a eterna permanência nos princípios basilares da civilização cristã podem ficar tranquilos porque os sentinelas estão a postos. E se todo esse trabalho pode ser considerado obra de um homem, esse homem é Plínio Salgado”. Sobre a relação entre Santa Rosa e o integralismo, agradecemos a Victor Emanuel Vilela Barbuy por suas informações.

⁹ Para as informações biográficas sobre Virginio Santa Rosa que apresentamos neste artigo, usamos CPDOC-FGV. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/FGV/CPDOC/Finep, 1984, 4º vol, p. 3.078, e o link <http://www.interconnect.com.br/clientes/pontes/Estrada/Santarosa.htm>.





por ter procurado, durante mais de um século, imitar modelos políticos estrangeiros sem atentar para a realidade nacional:

[...] como tem sido estéril e mesquinha, essa macaqueação de mais de século que nos vem obrigando a copiar e trasladar constituições e leis de outras terras. Não pode haver povo igual a outro povo. E o nosso máximo crime e nossa máxima vergonha, nunca bastante verberados, é esse nojento servilismo intelectual, essa covardia de eunucos, a passividade triste de seres incapazes de construir a sua própria vida. Abdicamos às mãos alheias do mais sagrado dos direitos e do mais indeclinável dos deveres.¹⁰

E mais adiante: “Em toda a formação do Brasil há um vício capital: a falta de contato íntimo com a realidade nacional”.¹¹

Tal teria se dado com o parlamentarismo do 2º Império e o liberal-federalismo da Constituição republicana de 1891. Logicamente, este tipo de raciocínio leva à ideia da impossibilidade de se implantar a liberal-democracia, modelo político das nações capitalistas ocidentais, num país como o Brasil, subdesenvolvido e marcado por resquícios feudais: o Brasil, país preponderantemente agrário, com massas rurais que representavam então cerca de dois terços da população e que viviam sob o tacão do coronelismo (não podendo por isso se transformar numa opinião pública independente) não poderia se adaptar a um regime baseado na liberdade política e no sufrágio universal. Essas próprias massas rurais, ignorantes e presas social e economicamente aos latifundiários, serviriam inclusive de arma eleitoral das oligarquias:

É que o latifúndio é a base e o sustentáculo de todas as forças partidárias regionais. E toda a política dos quarenta anos de República, como dos cem anos de Independência, girou ao redor de seus interesses e em proveito de suas necessidades [...] aqui e ali, em todos os quadrantes, o domínio rural é o viveiro de eleitores do cacique das tribos partidárias. Dentro dele, o coronel coordena as massas dispersas, mal presente o aceno do chefe proeminente das oligarquias.¹²

Trata-se da famosa diferença entre o Brasil legal e o Brasil real, tema privilegiado no pensamento nacionalista autoritário do Brasil da década de 1930, ou seja, a existência de uma ordem liberal-democrática garantida formalmente

¹⁰ SANTA ROSA, Virginio. *A desordem*: ensaio de interpretação do momento, p. 47-48.

¹¹ SANTA ROSA, Virginio. *A desordem*: ensaio de interpretação do momento, p. 49.

¹² SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*, p. 118.





pela Constituição republicana de 1891, mas que não se aplica devido à atrasada estrutura socioeconômica do país.

- 2) A crítica antioligárquica e a defesa da centralização política. Nostálgico da centralização política do Império, Santa Rosa condena o federalismo implantado com o advento da República, responsável, segundo ele, pelo triunfo do regionalismo. Este último teria se cristalizado com o surgimento das oligarquias estaduais, em especial as oligarquias hegemônicas de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e consistiria numa grande ameaça à unidade nacional:

[...] vemos que as novas gerações brasileiras recebem uma pátria ameaçada de desmembramento e dissolução. Os Estados vivem quase que alheios uns aos outros, com prerrogativas de verdadeiras republiquetas. Toda força de autoridade está em poder deles e a soberania da União é meramente platônica e ilusória. Falta um espírito superior, como um plano de conjunto, capaz de integrar todas as energias dispersas para um objetivo nacional.¹³

Esta crítica ao federalismo e ao sistema político oligárquico é acompanhada por uma crítica ao domínio político, social e econômico de uma plutocracia (ou “burguesia”) constituída pelos industriais, pelos grandes comerciantes e pelos fazendeiros dos planaltos de São Paulo. Esta plutocracia, cuja hegemonia foi perdida com a Revolução de 1930 e que estaria por trás da insurreição paulista de 1932,¹⁴ tinha como principal antagonista a pequena-burguesia, grupo social composto pelas camadas médias urbanas e pelo proletariado urbano e rural.¹⁵ A pequena-burguesia, grupo social progressista mas sem espaço para ascender dentro da rígida e exclusivista ordem oligárquica, seria representada politicamente pela ação revolucionária dos tenentes:

[...] a consequência mais considerável da inclinação dos politicantes para os desfechos armados – o fato básico para o estudo que ora nos ocupa – é a intromissão nas conspirações dos militares revoltados em 22, 24 e 26. Com isso, os tenentes iam surgir desassombra-

¹³ SANTA ROSA, Virginio. *Paisagens do Brasil*, p. 176.

¹⁴ SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*, p. 101: “Surgiu assim a revolução paulista, revanche plutocrática e reacionária, que pretendeu inocuamente anular as conquistas outubristas”. Ao falar das “conquistas outubristas”, Santa Rosa está se referindo às conquistas políticas da ordem implantada com a revolução de outubro de 1930.

¹⁵ Santa Rosa não tem uma noção de classe muito precisa, unindo num mesmo segmento social a classe média e o proletariado; a própria inserção dos fazendeiros de café de São Paulo dentro da burguesia é para nós bastante discutível. Para o confronto social e político entre a plutocracia e a pequena-burguesia, ver SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*, p. 26-28.





damente no cenário político nacional. Era uma componente inteiramente inédita, que se apresentava no plano das forças diretoras. Distinguia-os uma forte consciência de classe e uma intensa experiência revolucionária adquirida durante os anos de exílio. Com o advento deles, as classes médias teriam, possivelmente, a sua primeira expressão política. Oriundos dessas camadas novas das populações brasileiras, os tenentes forçosamente tinham de encarnar os seus anseios mais íntimos.¹⁶

- 3) A defesa da reforma agrária. Este terceiro tópico, que aliás está ligado aos dois anteriores, é fundamental para o entendimento do pensamento político de Virginio Santa Rosa que não pode ser confundido com autores que usam a crítica ao atraso da sociedade brasileira com o intuito de justificar a implantação de ditaduras conservadoras ou a manutenção da ordem oligárquica. Santa Rosa, apesar das suas origens oligárquicas,¹⁷ não somente é um crítico feroz do coronelismo como um defensor convicto da reforma agrária. As dez últimas páginas de *O sentido do tenentismo* são um verdadeiro manifesto

¹⁶ SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*, p. 53. O autor está se referindo, neste trecho, à participação dos tenentes na coalizão revolucionária de 1930. A origem social dos tenentes nas camadas médias urbanas é contestada por Boris Fausto (FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 105-107) que prefere ver a identificação entre tenentismo e classe média no programa tenentista, de caráter essencialmente pequeno-burguês, e não na origem de classe dos integrantes desse movimento. Aliás, para Fausto (FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*, p. 123), a origem oligárquica de muitos dos tenentes explicaria sua audácia política. Se formos seguir o raciocínio de Décio Saes (SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984, ver o capítulo introdutório intitulado “Tema”), os tenentes e os militares em geral seriam encaixados dentro da classe média não pela origem social de seus membros, mas por sua situação profissional, ou seja, como trabalhadores não-manuais, e mais especificamente como membros da burocracia (funcionários públicos). Não insistiremos nesta questão que merece trabalho à parte e que nos desviaria do foco de nossa análise.

¹⁷ No capítulo “Num latifúndio do Baixo Amazonas” (In: SANTA ROSA, Virginio. *Paisagens do Brasil*, p. 29-40), Santa Rosa faz uma interessante apresentação do seu avô, criador de gado no Pará e importante chefe político local. Reproduzimos aqui este relato de cunho sociológico que se encontra nas páginas 39 e 40 do capítulo citado: “Relembrando esses dias distantes, posso compreender bem a razão da admiração que despertava a figura do meu avô no meu espírito infantil. Ele era – agora eu o compreendo – como muitos outros, um dos silenciosos construtores de uma sociedade, um dos organizadores de uma existência realmente superior no meio bárbaro da Amazônia. [...] Coronel chefe político, firmando o seu prestígio eleitoral e partidário no domínio da terra e na amizade e solidariedade dos demais fazendeiros, ele podia trabalhar – como tantos milhares de outros pelo Brasil afora – em construir e consolidar os alicerces de uma Pátria. Num país de vastidões territoriais quase selvagens, de população rarefeita e sem organização social, esses homens, por meios brandos ou violentos, são os únicos elos de uma cadeia futura, os marcos de uma nacionalidade que dentro em breve nascerá. Os seus abusos, os seus erros de visão, a facciosidade partidária e a prepotência dos seus sequazes merecem a condenação e a repulsa, mas, enquanto o Estado não organizar o país em bases mais seguras e elevadas, temos de reconhecer neles a única garantia da estabilidade nacional, o único poder real e verdadeiramente dinâmico”.





contra o latifúndio, que é visto não somente como responsável pelo domínio político e eleitoral das oligarquias (escravização política das majoritárias massas rurais pelos potentados rurais) e pelo vazio territorial no interior (o latifúndio improdutivo impedindo uma efetiva ocupação do território), como também pelo atraso econômico do país, a autossuficiência da grande propriedade rural, tornando desnecessárias maiores trocas comerciais e impedindo a formação de um mercado interno que sirva de estímulo ao desenvolvimento industrial e comercial das grandes cidades. Santa Rosa defende, portanto, a difusão da pequena propriedade e, com isso, a formação de uma classe média rural. A reforma agrária teria aqui um papel na valorização do homem brasileiro:

Assim, com uma reforma agrária que consulte os interesses fundamentais do país, o homem brasileiro será integralizado na economia nacional. Então, poderemos ver qual a sua capacidade produtiva. Agora, sem terra e sem estímulo, escravizado ao proprietário de latifúndios, é irrisório exigir dele qualquer esforço sério [...] Que venha uma lei dando terra ao caboclo, livrando-o da ignomínia de se esforçar somente pelo enriquecimento alheio e veremos que a sua inferioridade tão apregoada é mais aparente do que real!¹⁸

Encontramos o mesmo raciocínio em *Paisagens do Brasil*:

Afastando-se um momento da diretriz intensiva da terra, que tem obscurecido a visão dos nossos homens de Estado, certos espíritos se curvaram diante da profunda realidade de nossa terra: a necessidade de amparo ao trabalhador dos campos. [...] É preciso perseverar nesse caminho, já indicado por Alberto Torres. [...] O progresso do Brasil exige terra para os seus homens rurais e um Código Rural que defenda os seus direitos e determine os seus deveres.¹⁹

A reforma da propriedade rural seria feita através de uma tributação pesada dos latifúndios improdutivos e sua consequente reversão para os domínios da União que, por sua vez, os repartiria em lotes a serem distribuídos aos trabalhadores rurais. Estas medidas seriam acompanhadas pelo aluguel módico de máquinas pertencentes às municipalidades para a lavoura. Além do mais, a desapropriação (via indenização) de latifúndios que o Estado julgasse convenientes aos interesses gerais levaria ao estabelecimento de núcleos coloniais

¹⁸ SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*, p. 123.

¹⁹ SANTA ROSA, Virginio. *Paisagens do Brasil*, p. 219-220.





agrícolas nas proximidades dos centros urbanos do interior. A subdivisão dos latifúndios circunvizinhos dos melhores centros comerciais do interior libertaria estes últimos da ação absorvente da força centrípeta dos extensos domínios rurais.²⁰ Para Santa Rosa:

A adoção de uma política inteiramente nacionalista, sem eiva de regionalismos, permitirá a criação de um imposto territorial com pesados gravames sobre terras incultas e imposto progressivo incidindo em propriedades sem cultivo situadas em zonas densamente povoadas. A fundação de núcleos coloniais em terras devolutas, o condensamento demográfico em lotes concedidos em torno dos centros urbanos e ao longo das linhas de escoamento da produção, e fixação de colônias nas terras marginais aos açudes, o direito de desapropriação do solo pelo valor declarado para efeito de pagamento do imposto territorial – eis as providências requeridas com toda urgência para a execução de uma política de racionalização do povoamento e completa valorização do homem brasileiro. Iniciadas as realizações dessa ordem, seguidas de outras medidas correlatas, veremos, dia a dia, surgir o novo homem rural.²¹

Como podemos ver, a reforma agrária possui aqui um sentido social (emancipação do homem do campo) e um sentido econômico (dinamização dos centros urbanos, comerciais e industriais), assim como um sentido político (combate às oligarquias) e geopolítico (ocupação efetiva do território). Além disso, a reforma agrária, como veremos no próximo item, teria importância decisiva para a sobrevivência dos grupos revolucionários que tomaram o poder em 1930.

II. A solução autoritária: a ditadura tenentista

Admirador tanto da Itália fascista quanto da Rússia comunista,²² Virginio Santa Rosa vê a liberal-democracia como um modelo político à beira da extinção no mundo inteiro:

A democracia burguesa está falida. O sufrágio universal, os parlamentos, são instituições inúteis, ineficazes e dispendiosas. Só servem para iludir as classes produtoras, como uma promessa de liberdade e *self-government*, falaz e ridícula. Enquanto isso, os partidos políticos, formados de representantes da classe dominante, e os jornais orientadores da opinião pública, de propriedade de capitalistas burgueses, vão explorando o país e

²⁰ Ver SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*, p. 122-123.

²¹ SANTA ROSA, Virginio. *Paisagens do Brasil*, p. 218-219.

²² Ver SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*, p. 107-108.





engodando o povo [...] Porém, a própria evolução universal foi destruindo esse estado de coisas e estamos na véspera de nova organização política [...].²³

Naquele início da década de 1930, período de ascensão das autocracias nacionalistas na Europa e em boa parte do mundo (inclusive na América Latina), Santa Rosa antevê a falência do modelo liberal-democrático que se revelou ineficiente diante da crise econômica mundial e da própria evolução do capitalismo. Esta visão autoritária do contexto político mundial reflete-se naturalmente na análise da situação brasileira: a Revolução de 1930 representaria aqui a derrubada de uma superada ordem liberal-democrática e o início de uma nova ordem autoritária consonante com a evolução universal. Santa Rosa defende a substituição do Estado político, característico da falida liberal-democracia, pelo Estado técnico. Este último seria logicamente autoritário e capaz de disciplinar a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que interviria na economia: organizando sindicatos e cooperativas de classes, ele protegeria a classe trabalhadora da ganância dos capitalistas, disciplinaria as classes e evitaria a luta entre elas; dotado de conselhos técnicos e econômicos (em substituição ao parlamento), ele seria capaz de planejar o desenvolvimento nacional.²⁴

No entanto, se, por um lado, Virginio Santa Rosa acredita no valor intrínseco do Estado autocrático, por outro, ele também tem uma visão utilitária do mesmo: a ditadura seria a única forma de evitar uma volta ao poder das forças oligárquicas depostas em 1930. Melhor dizendo, a política antioligárquica só poderia se concretizar pela via ditatorial, pela força. E onde poderia ser encontrada a força política capaz de cumprir este papel? Para Santa Rosa, no Exército. Das três forças que fizeram a Revolução de 1930, ou seja, as oligarquias dissidentes (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba), as oposições estaduais e os militares, estes últimos seriam os únicos capazes de levar a cabo a revolução nacional. A visão, de certa forma idealizada, que Santa Rosa tem dos militares se apoia nos seguintes argumentos:

- 1) Os militares pertencem a uma instituição coesa e disciplinada, instituição dedicada à defesa do país e a única força que permanece intacta nos momentos de caos e de crise revolucionária:

²³ SANTA ROSA, Virginio. *A desordem*: ensaio de interpretação do momento, p. 153-154.

²⁴ Para essas ideias ver o capítulo “Novos rumos”. In: SANTA ROSA, Virginio. *A desordem*: ensaio de interpretação do momento, p. 169-189.





O Exército, pela própria natureza de sua função, é disciplinado e forte. A extrema organização das fileiras, a admirável solidez das forças morais da classe constituem uma extraordinária exceção nas sociedades em princípio de dissolução. Daí o fácil predomínio dos militares nas épocas anormais. Isso, e não o prestígio da baioneta e da espada, é que explica a fatalidade histórica das ditaduras militares nos momentos críticos da vida das nações [...] Só o Exército resiste por longo tempo, fortalecido e calmo, na sua missão de manter a ordem pública. E, naturalmente, chega a hora em que ele é obrigado a se sobrepor às outras classes e tem de se apossar do poder para evitar o desmoronamento total.²⁵

- 2) Os militares pertencem a uma instituição de caráter nacional, isenta de preconceitos regionalistas e das tensões resultantes das lutas de classes, assim como constituem a reserva moral da nação, na medida em que se mantêm distantes da corrupção dos políticos profissionais:

O Exército não podia se alhear do estado de espírito das populações nacionais. Formado de elementos de todas as camadas, oriundos de vários pontos do nosso território, tinha de acolher a si, forçosamente, os múltiplos germens de futuras rebeliões. Constituído de indivíduos educados na mais absoluta descrença dos nossos homens públicos, cansados de observar e experimentar a corrupção profunda do país, amadurecera rápido para as arrancadas reivindicadoras.²⁶

- 3) Os militares sempre estiveram comprometidos com causas progressistas em suas intervenções na política brasileira: “É até irrisório falar em militarismo, num País onde o Exército sempre acompanhou o povo, em todas as causas nacionais e nunca sustentou a menor campanha que só visasse atender aos interesses da classe”.²⁷

Quando Santa Rosa se refere ao papel político dos militares, ele está se referindo exclusivamente ao Exército, não levando em consideração a Marinha, tradicionalmente aristocrática e conservadora, além de apagada no contexto revolucionário de 1930.²⁸ Ademais, o Exército no qual o autor está pensando não é o Exército dos generais conservadores apegados à extinta ordem política da

²⁵ SANTA ROSA, Virginio. *A desordem*: ensaio de interpretação do momento, p. 31-32.

²⁶ SANTA ROSA, Virginio. *A desordem*: ensaio de interpretação do momento, p. 18.

²⁷ SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*, p. 111.

²⁸ Santa Rosa quase não menciona a Marinha nos trabalhos que analisamos. Apenas lembramos de uma observação referindo-se à fraqueza material da pasta da Marinha e à sua ineficácia na vida interna do país (SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*, p. 100).





República Velha²⁹ e, sim, o Exército dos oficiais revolucionários de 1930, e mais especificamente o Exército dos tenentes. A estes, que agora estavam no poder junto com Getúlio Vargas, caberia implantar o novo Estado capaz de levar a cabo transformações necessárias como a centralização política e a reforma agrária, assim como colocar o país no caminho do desenvolvimento e da justiça social. Criticando a hesitação política de Vargas (apesar de tudo ainda um representante da agonizante elite política da República Velha) entre apoiar o projeto revolucionário dos tenentes e conciliar com as oligarquias,³⁰ Santa Rosa defende um aprofundamento da ditadura revolucionária, ou seja, a implantação da ditadura tenentista. Isto só poderia se dar com o aprofundamento do processo revolucionário: citando o jacobino francês Saint-Just (“*Ceux qui font les révolutions à demi ne font que creuser leurs tombeaux*”),³¹ o autor afirma que se os revolucionários recuarem em sua obra renovadora, sobretudo no que diz respeito à questão fundiária, estarão abrindo o caminho para um retorno das oligarquias ao poder.³²

Podemos dizer, portanto, que Virginio Santa Rosa é um nacionalista revolucionário que defende transformações radicais na ordem política e na estrutura socioeconômica do país, a ponto de querer mexer no esteio das elites tradicionais, isto é o latifúndio. Essas transformações só poderiam ser realizadas pela via autoritária, não somente pelo fato da liberal-democracia ser um regime à beira de extinção no mundo todo, como também, e sobretudo, porque uma ordem liberal-democrática no Brasil seria dominada, como o fora na República Velha, pelos grupos sociais mais poderosos, a plutocracia paulista e as oligarquias regionais, grupos hostis a qualquer mudança: contrário à reconstitucionalização do país, Santa Rosa defende a permanência da ditadura revolucionária implantada em 1930. Esta ditadura deveria ser confiada ao Exército, que o autor identifica com os tenentes que, por sua vez, também representariam as aspirações políticas da pequena-burguesia, progressista e desejosa de ascensão social e política.

²⁹ Na pág. 96 de *O sentido do tenentismo*, Santa Rosa se refere à aliança, já em 1932, da alta oficialidade que integrara a Junta Pacificadora em 1930 com a oposição oligárquica a Getúlio Vargas e aos tenentes (SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*, p. 96).

³⁰ Santa Rosa chega até a levantar a hipótese da derrubada de Getúlio e sua substituição por uma liderança de fato comprometida com a Revolução (ver SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*, p. 115-116).

³¹ SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*, p. 123. Em português: “Aqueles que fazem as revoluções pela metade apenas cavam suas sepulturas” (tradução nossa).

³² SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*, p. 123-124.





Antes de encerrar este item seria necessário responder a uma questão: a qual tenentismo Santa Rosa estaria se referindo em sua análise? Afinal de contas, o tenentismo foi, desde o seu surgimento no início da década de 1920 até o seu desaparecimento em meados da década de 1930, um movimento difuso que apresentou diferentes tendências. Temos primeiramente uma tendência liberal que predominou durante a fase insurrecional do movimento (década de 1920) e que refletiria as aspirações das dissidências oligárquicas e de setores liberais das camadas médias urbanas. Esta vertente, representada sobretudo nos levantes de 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul, assim como na Coluna Prestes – Miguel Costa, pregava essencialmente uma reforma política (introdução do voto secreto, moralização das eleições e das instituições) visando regenerar o regime republicano e acentuar suas características liberal-democráticas, estando aí excluída uma contestação efetiva das bases socioeconômicas da República oligárquica. Temos também uma tendência de esquerda, representada pela dissidência de Luís Carlos Prestes que, após a epopeia da coluna que recebeu o seu nome, revia suas posições liberais e, sob a influência de intelectuais marxistas, rompia com a maioria de seus antigos companheiros, passando a defender um nacionalismo anti-imperialista com base num governo popular. Esta vertente, que rejeitaria a Revolução de 1930 por considerá-la burguesa e um acerto de contas entre grupos oligárquicos, estaria também representada na Intentona de 1935 contra o governo de Vargas. E, finalmente, temos uma vertente nacionalista, autoritária e desenvolvimentista que sobe ao poder junto com Getúlio Vargas em 1930. Esta vertente vai se manifestar diversas vezes e de diversas formas no período ditatorial revolucionário de 1930-1934: através das interventorias, onde os tenentes (exemplos de João Alberto em sua interventoria em São Paulo e Juarez Távora como titular da Delegacia dos Estados do Norte e Nordeste em 1930-31) se tornam agentes da centralização política varguista; através do Clube 3 de Outubro (1931-1935), entidade política dos tenentes, cujo programa, datado de 1932, defendia o fortalecimento e uma maior centralização do Estado, uma planificação do desenvolvimento nacional, a nacionalização de recursos naturais (minas, forças hidráulicas etc.) e das vias de transporte e comunicação, o estabelecimento da indústria siderúrgica, a reforma agrária e a implantação de uma legislação trabalhista; através da atuação de Juarez Távora no Ministério da Agricultura (1933-1934), com sua política de nacionalização e exploração de recursos naturais, assim como da atuação dos deputados tenentistas durante o período da Assembleia Constituinte (1933-34)





em defesa do dirigismo econômico, do reformismo social e da representação profissional no mundo político.³³

Com base no que expusemos até aqui, podemos constatar que o tenentismo de Santa Rosa não é o tenentismo liberal que predominou na fase insurrecional do movimento (década de 1920) e que pregava apenas uma reforma política e uma moralização do regime republicano. E também não é o tenentismo de esquerda da dissidência de Luís Carlos Prestes e da Intentona de 1935. O tenentismo de Santa Rosa é de fato o tenentismo nacionalista do Clube 3 de Outubro, das interventorias do início da Era Vargas, assim como da atuação política de Juarez Távora e João Alberto, o tenentismo que defendia um rompimento com a ordem oligárquica da República Velha assim como uma política de desenvolvimento acelerado do país³⁴ e a integração das camadas populares pela via autoritária. Aliás, se formos levar em conta o fato de que Santa Rosa busca inspiração nas mesmas fontes teóricas desta vertente do tenentismo, isto é, Alberto Torres e Oliveira Viana,³⁵ assim como defende um projeto similar de país (combate às oligarquias, desenvolvimento acelerado do país e integração das camadas populares pela via autoritária), acreditamos que não seria exagero considerá-lo um “tenente civil” (mesmo que, ao que parece, não tenha tomado parte de forma direta nas lutas políticas dos tenentes).

III. Jacobinismo

Ao lermos *O sentido do tenentismo* pela primeira vez, encontramos uma grande semelhança entre a linha de pensamento do autor e uma tendência política que esteve bastante em evidência no Brasil na década de 1890. Esta tendência recebeu o nome de jacobinismo.

³³ Para as diferentes vertentes do tenentismo, ver SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*, p. 70-78, e FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*, p. 80-107. Para o programa e a ação política da vertente nacionalista do tenentismo, ver o ensaio de CONNIFF, Michael L. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 131-161.

³⁴ Sobre a questão do desenvolvimento nacional, encontramos este comentário de Santa Rosa: “[...] ainda não foram sequer encaminhados para resolução muitos dos nossos problemas fundamentais. A siderurgia aí está a desafiar a nossa capacidade de realização, numa atitude de esfinge. Ainda não foram feitas as ligações ferroviárias mais urgentes. Continuamos como um Todo desarticulado” (SANTA ROSA, Virginio. *A desordem: ensaio de interpretação do momento*, p. 165).

³⁵ Ver FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*, p. 91.





A origem do termo jacobinismo, como é de conhecimento geral, está na Revolução Francesa (1789-1799): de ardoroso representante do terceiro Estado que se reunia no convento dos jacobinos (dominicanos), o grupo jacobino foi se depurando e passando progressivamente para a esquerda até se tornar, sob a liderança de Maximilien Robespierre, a tendência mais avançada da revolução burguesa, defensora de um radicalismo republicano inflamado, de um estilo de vida austero e, sobretudo, de um igualitarismo social de cunho pequeno-burguês, apoiado na pequena propriedade.³⁶ O termo, no entanto, sobreviveu a este contexto histórico e transcendeu as próprias fronteiras da França, ganhando em abrangência, mas perdendo em precisão: sua aplicação em diferentes países e em diferentes contextos históricos não foi acompanhada de uma tentativa efetiva de conceituação, o termo jacobinismo vindo a adquirir definições vagas como “republicano ardente e intransigente” ou “opinião democrática exaltada e sectária”.³⁷

No caso brasileiro, o termo jacobinismo acabou por adquirir um significado peculiar, sendo usado para designar tendências políticas nacionalistas e autoritárias, com forte presença militar, desejosas de derrubar as oligarquias dominantes e promover o desenvolvimento acelerado do país pela via autocrática. Este tipo de tendência surgiu no Brasil nos primórdios do regime republicano e teve, no florianismo, movimento político de seguidores do marechal Floriano Peixoto (presidente da República entre 1891 e 1894), sua expressão máxima. Este jacobinismo, inserido no turbulento e revolucionário contexto político da primeira década republicana, encontrou ressonância, sobretudo, no Exército e em setores das camadas médias cariocas (em especial no funcionalismo público), defendendo um modelo republicano baseado na ditadura militar (encarnada, no caso, na figura de Floriano Peixoto) e num Estado centralizado que combatesse a influência das oligarquias regionais, promovesse o desenvolvimento e a industrialização acelerada do país, e se colocasse acima dos antagonismos de classe, integrando as massas. A derrota desta tendência, com o desaparecimento do florianismo no final da década de 1890 e o triunfo dos republicanos paulistas, levou à consolidação de um modelo republicano oligárquico cuja função era a defesa da cafeicultura de São Paulo. O jacobinismo brasileiro, nacionalista, autoritário, militarista, antioligárquico e com um discurso moralizador (ataque

³⁶ Ver BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*, vol. 1. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992, p. 653-655.

³⁷ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*, vol. 1, p. 653.





aos capitalistas especuladores), estaria, portanto, à direita da matriz francesa, aproximando-se mais do bonapartismo: se no jacobinismo francês havia um discurso igualitário, mesmo que dentro dos padrões pequeno-burgueses (defesa da pequena propriedade), no Brasil os jacobinos preferiam confiar os destinos da nação a uma elite burocrática, sobretudo militar, para eles a única dotada de capacidade e integridade moral para garantir a implantação de uma república unitária baseada na meritocracia e no progresso.³⁸

Encontramos esta linha de pensamento nos trabalhos de Virginio Santa Rosa, estando este inserido num contexto histórico que apresenta ao mesmo tempo diferenças e semelhanças com o da década de 1890: se, por um lado, o que está em jogo não é mais a defesa da República contra os remanescentes da elite imperial, e sim a afirmação de uma ordem nacionalista revolucionária de base civil-militar contra as tentativas de restauração da extinta república oligárquica, por outro, reaparece o mesmo antagonismo que marcou a derrota do florianismo e o triunfo do republicanismo paulista, ou seja, o antagonismo nacionalismo militar x liberalismo oligárquico; este antagonismo estaria representado, nesse início da década de 1930, pelo confronto entre o tenentismo e os grupos nostálgicos da República Velha (como, por exemplo, as frentes únicas paulista e gaúcha). De qualquer forma, embora o pensamento de Santa Rosa seja mais avançado em relação à questão fundiária, que não parece ter sido uma preocupação dos jacobinos da década de 1890 (estes últimos mais preocupados em atacar o grande comércio do Rio de Janeiro, controlado pela colônia portuguesa), encontramos em seus textos os mesmos tópicos da ideologia jacobina: defesa de um Estado forte e centralizado controlado pelos militares, um Estado que combata o poder das oligarquias e se coloque acima dos antagonismos de classe e que seja capaz, desta forma, de moralizar a administração pública, integrar as massas e promover o desenvolvimento nacional. Santa Rosa, inclusive, não está imune à xenofobia presente de forma tão virulenta e ultrajante no discurso jacobino da década de 1890: se os jacobinos florianistas visavam a comunidade portuguesa do Rio de Janeiro, Santa Rosa, defendendo a valorização do trabalhador nacional (destoando com isso do pensamento racista, muito difundido na época, que defendia o branqueamento da população

³⁸ Para uma caracterização geral do jacobinismo brasileiro ver o clássico QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897*. São Paulo: Brasiliense, 1986, e o artigo de COSTA, Wilma Peres. Notas preliminares sobre o jacobinismo brasileiro. *Cadernos IFCH Unicamp*, n° 16. Campinas, São Paulo: IFCH-Unicamp, janeiro de 1985.





brasileira via imigração europeia),³⁹ crítica a presença das colônias estrangeiras como perniciosas à integração nacional:

A população do Estado de São Paulo, pela quase absoluta dissolução do elemento brasileiro no seio das massas de imigrantes de outras nacionalidades, constitui uma subcategoria étnica de um bairrismo excessivo, tanto mais ameaçador para a unidade política do país quanto os seus filhos, graças ao esforço próprio aos fatores geológicos, souberam criar uma prosperidade invejável, muito superior à dos demais Estados da Federação brasileira. O orgulho, a consciência da sua superioridade material e cultural, o natural instinto de predomínio político no seio da União, fazem com que o espírito local, exacerbado por falta do lastro das tradições nacionais, já corroídas pela infiltração adventícia, venha preponderar na mentalidade social paulistana mesmo em prejuízo dos grandes e verdadeiros sentimentos de brasilidade.⁴⁰

Este raciocínio, que está associado a uma defesa da valorização do trabalhador nacional e a uma negação da superioridade da raça branca europeia, aproxima Santa Rosa da vertente ao mesmo tempo xenófoba e antirracista do pensamento nacionalista brasileiro que tem em Alberto Torres uma de suas expressões máximas.⁴¹ A este respeito, sintomáticas são as ideias contidas no primeiro parágrafo do capítulo I de *O sentido do tenentismo*, que exprimem bem o desejo do autor de, ao enfatizar o papel histórico do escravo, valorizar o trabalhador nacional:

A vida econômica e social do 2º Império arrimou-se inteiramente nos ombros humildes do negro. Foi o braço escravo, num esforço tenaz e silencioso, mourejando nos eitos banhados de sol ou laborando no fundo das senzalas, que colocou as vigas-mestras que suportam a nossa produção. O latifúndio e as cidades mortas do interior brasileiro surgiram das selvas e dos campos unicamente pelo milagre desse trabalho resignado e anônimo. Lento e lento, numa construção muda e pertinaz, o escravo formou as fazendas de café do Vale do Paraíba, os engenhos açucareiros de Pernambuco e os cacauais baianos... Naquele período, tudo nasceu tão-somente do esforço do negro. Foi ele quem plantou os esteios de aroeira dos solares coloniais, das casas de moradas das fazendas; ele quem ergueu cidades, calçou ruas e puxou aquedutos das nascentes distantes. E, dentro dos

³⁹ Temos, por exemplo, autores como Oliveira Viana e Azevedo Amaral, defensores do branqueamento do Brasil através da imigração de europeus. A esta corrente, Boris Fausto (FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 38-45) opõe pensadores antirracistas como Araripe Júnior, Manoel Bonfim, Alberto Torres e Álvaro Bomilcar.

⁴⁰ SANTA ROSA, Virginio. *Paisagens do Brasil*, p. 200-201.

⁴¹ Para a xenofobia e o antirracismo de Alberto Torres, ver FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*, p. 24-27 e 39-40.





latifúndios ou nos recintos urbanos, foi ele o artesão exclusivo, o operário manual por excelência, o único capaz de extrair objetos úteis da matéria bruta.⁴²

Podemos, portanto, dizer que o pensamento político de Virgínio Santa Rosa, naquele revolucionário período pós-30, seria uma herança do jacobinismo da década de 1890. Se os jacobinos de então projetavam suas aspirações políticas na figura de Floriano Peixoto, Santa Rosa estaria fazendo o mesmo com os tenentes revolucionários agora no poder. A própria caracterização do Clube 3 de Outubro como “Clube dos Jacobinos”⁴³ revela a consciência, por parte do autor, desta identificação.

Vimos e procuramos definir aqui o pensamento político de Virgínio Santa Rosa, levantando seus principais aspectos. Logicamente, não foi o nosso objetivo esgotar o assunto que merece um trabalho mais aprofundado e melhor documentado. Este pensamento de cunho nacionalista e autoritário consiste essencialmente na defesa de um Estado forte e centralizado que combata o poder das oligarquias e que esteja voltado para o progresso socioeconômico, realizando a reforma agrária, protegendo as classes trabalhadoras e promovendo uma política de desenvolvimento nacional. Esta linha de pensamento com um discurso autoritário, militarista e ao mesmo tempo antiburguês, antioligárquico e antiplutocrático nos fez associar o pensamento de Santa Rosa com o jacobinismo florianista da década de 1890 e defender a ideia da permanência, senão das correntes, pelo menos das tendências políticas através dos tempos. Este jacobinismo levou o autor a se identificar com a ação nacionalista e revolucionária dos tenentes que então tomavam parte na ordem política implantada em 1930, e a desenvolver uma análise social e política do fenômeno tenentista que vê este último como um representante das aspirações políticas das camadas médias urbanas, estas últimas aparecendo aqui como o grande opositor das oligarquias dentro da sociedade brasileira. Esta análise, cuja finalidade era política e não acadêmica, acabou inaugurando uma linha interpretativa da ação política dos militares no Brasil, uma linha adotada por nomes como Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. Aliás, a questão da relação entre a ação política dos militares e as camadas médias urbanas no Brasil, por ter se tornado um tema fundamental da análise sociológica brasileira, assim como da própria ciência política, merece uma abordagem à parte.

⁴² SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*, p. 23.

⁴³ SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*, p. 68.



Referências bibliográficas

- BELLO, José Maria. *História da República 1889-1954*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*, vol. 1. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992, p. 653-655.
- CONNIFF, Michael L. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 131-161.
- COSTA, Wilma Peres. Notas preliminares sobre o jacobinismo brasileiro. *Cadernos IFCH Unicamp*, nº 16. Campinas, São Paulo: IFCH-Unicamp, janeiro de 1985.
- CPDOC-FGV. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*, 4º vol. Rio de Janeiro: Forense-Universitária/FGV-/CPDOC/Finep, 1984, p. 3.078.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1897. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RÉMOND, René. *O século XIX 1815-1914*. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1981.
- RÉMOND, René. *O século XX. De 1914 aos nossos dias*. 3ª ed. São Paulo: Cultrix, 1982.
- SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- SANTA ROSA, Virginio. *A desordem: ensaio de interpretação do momento*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1932.
- SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*. 3ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- SANTA ROSA, Virginio. *Paisagens do Brasil*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1935.
- SANTA ROSA, Virginio. A personalidade de Plínio Salgado. In: *Plínio Salgado*. São Paulo: Revista Panorama, 1936, p. 67-93.
- Obs: Para as informações biográficas a respeito de Virginio Santa Rosa consultamos também o link <http://www.interconect.com.br/clientes/pontes/Estrada/Santarosa.htm>. Para a realização deste artigo, usamos o acervo da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e da Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), na Universidade de São Paulo.

Recebido: dezembro/2008 – Aprovado: junho/2009